

ISBD E METADADOS: caminhos paralelos para um mesmo destino

ISBD AND METADATA: parallel roads to the same destination

Ana Belen Rios Hilario | João Guerreiro

Resumo: O presente artigo trata de uma análise comparativa das normas de descrição e os esquemas de metadados de modo geral, e da ISBD consolidada e o Dublin Core em particular. Em primeiro lugar, analisámos a normativa da IFLA tanto do ponto de vista formal como do conteúdo, tendo como referência a anterior norma de descrição de recursos electrónicos. Posteriormente, comparámos os esquemas descritos. Após realizar uma revisão bibliográfica dos trabalhos que tratam de forma conjunta o estudo dos referidos modelos, passámos a identificar as semelhanças e diferenças dos ditos *standard*. O estudo desenvolve-se a partir de uma perspectiva totalmente integradora dos modelos de descrição de recursos digitais. Após definir a ISBD consolidada, trata-se de fazer a comparação entre os esquemas. Nas conclusões manifesta-se a necessidade de seguir trabalhando de modo conjunto.

Palavras-chave: normas de descrição; ISBD; metadados; Dublin Core; esquemas de metadados

Abstract: In this paper, we performed a comparative analysis of descriptive standards and metadata schemes in general, and the ISBD consolidated and Dublin Core in particular. First, carried out analysis of the rules of IFLA, from a formal point of view and content, with reference to the previous standard the electronic resources description: the ISBD (ER). Subsequently, we compared both schemes of description. After performing a review of literature that together are about to study both models, we pointed out the similarities and differences in these standards. This study is performed from integrative perspective of both models of digital documents description. The conclusions highlight the need to continue working together.

Keywords: descriptive standards; ISBD; metadata schemes, Dublin Core; comparative analysis

1. Introdução

Nos últimos anos tem-se desenvolvido um conjunto de iniciativas com o intuito de que os esquemas de metadados para bibliotecas, as estruturas e os vocabulários desenvolvidos pela IFLA sejam acessíveis na Web semântica. No Congresso sobre Modelos de Dados, celebrado em 2007 na British Library, de Londres referiu-se a possibilidade de criar «una norma de metadatos que sea compatible con la arquitectura Web y que sea totalmente interoperable con otras iniciativas de Web Semántica».

Partindo desta premissa o presente estudo pretende analisar as actuais normas de descrição de recursos digitais. Comparando a ISBD consolidada com esquemas de metadados de um modo geral, e com o Dublin Core em particular.

Deste modo, em primeiro lugar, realizaremos uma breve resenha da norma desenvolvida pela IFLA centrando-nos na sua origem e nas diferenças com as anteriores ISBD, em particular com a ISBD (ER), a norma que a antecedeu na descrição dos documentos digitais. Este ponto é fundamental já que a comparação entre os modelos não teria sentido se a evolução da ISBD não fosse tão substancial. Na segunda parte, após consultar a bibliografia que trata de maneira conjunta as normas de descrição – ISBD e esquemas de metadados – passamos a estabelecer uma relação entre os modelos desde um ponto de vista integrador.

Finalmente, nas conclusões, referimos as futuras vias de investigação em relação com o objecto de estudo.

2. ISBD consolidada e a sua aplicação na descrição de recursos electrónicos

Antes do estudo que relaciona as normas de descrição ISBD com os metadados, realizaremos uma breve análise da actual normativa de descrição dos documentos digitais. Por questões metodológicas, não nos é possível desenvolver uma análise detalhada, tanto do ponto de vista histórico como do conteúdo da ISBD consolidada relativamente aos recursos electrónicos. Deste modo, neste ponto destacaremos os factos mais importantes contidos na norma que afetam directamente a este tipo de recursos. Para obter mais informação sobre este assunto remetemos para o artigo intitulado: «La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de recursos electrónicos: similitudes y diferencias com la ISBD (ER)» (RIOS; GUERREIRO, 2011).

A edição preliminar da ISBD consolidada foi publicada em 2007, cuja versão definitiva surge em 2011. A principal característica desta norma é congregar num mesmo documento as pautas de descrição aplicáveis a todas as tipologias de recursos. A versão definitiva da ISBD já inclui a Zona o (Zona de forma do conteúdo e tipo de meio), cujo intuito é solucionar os problemas relativos a Designação geral de material, encontrados na edição preliminar da norma consolidada.

Por outro lado, é importante referir que a publicação em 1998 do modelo conceptual Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) originou a revisão completa da família das ISBD's durante o período 2000-2006, com o principal objectivo de estabelecer uma coerência entre as estipulações das ISBD's e o nível básico dos registros bibliográficos nacionais, proposto no

modelo anteriormente citado. Dita influência é evidente, pois implicou a criação de uma nova ISBD.

Da declaração de princípios que guiam a norma consolidada destacamos o primeiro, destinado a facilitar o intercâmbio de regtos tanto, na comunidade bibliotecária, como no resto dos centros implicados no tratamento da informação. Este facto é de maior importância no seio do nosso artigo como veremos posteriormente.

Em relação ao conteúdo, a norma define a tipología de «recursos electrónicos» em dois momentos: primeiramente, de forma mais detalhada, no ponto 0.2.1 «tipos específicos de recursos» e de um modo mais geral no Glossário (Apêndice E). Assim de um modo mais lato, a ISBD Consolidada (2008: 351) define da seguinte forma «recursos electrónicos»:

Recurso formado por materiales controlados por ordenador, incluyendo los materiales que requieren el empleo de un periférico (ej. un lector de CD-ROM) conectado a un ordenador; los recursos pueden usarse en modo interactivo o no. Se incluyen dos tipos de recursos: los de datos (información en forma numérica, alfabética, gráfica, de imágenes y sonido o una combinación de todo lo anterior) y los de programas (instrucciones o rutinas para ejecutar ciertas tareas que incluyen el proceso de datos). Además, pueden combinarse e incluir datos electrónicos y programas (ej. software educativo con texto, gráficos y programas).

Esta definición de recurso electrónico se aplica a la mayor parte de los recursos generalmente disponibles e incluye aquellos recursos accesibles mediante telecomunicaciones. También comprende los recursos producidos y/o generados para su distribución limitada, pago bajo demanda o por encargo. Un recurso que reside en la memoria permanente de un ordenador (ROM) se entiende como parte del dispositivo en el que se almacena y, si se cataloga, se trata como un recurso que requiere un acceso remoto. Los juegos de ordenador, calculadoras y otros objetos programados están fuera del ámbito de la ISBD.

Sobre as estipulações referentes à pontuação existem três diferenças na norma unificada, em relação a todas as ISBD's anteriores, não apenas à norma específica de recursos electrónicos. Estas obedecem ao objectivo de aumentar a interoperacionalidade entre diferentes sistemas de recuperação e formatos de apresentação:

1. A primeira refere-se a pontuação final de cada área (o.3.2.7).
2. A segunda está relacionada com a utilização de parêntesis rectos (o.3.2.8).
3. A última faz referência a possibilidade de utilizar outros signos, além do símbolo de igual, para expressar uma indicação de responsabilidade paralela (o.3.2.9).

3. ISBD consolidada e Dublin Core: análise convergente

No presente ponto faremos uma análise comparativa entre o esquema de metadados Dublin Core e a ISBD consolidada. Desta forma procuramos a convergência entre os modelos com o intuito de uma representação e recuperação dos documentos electrónicos mais eficaz.

Consultando a bibliografia, encontrámos diversas visões sobre o tema: os que consideram os modelos contrapostos, como Berners-Lee (1997) e Gradmann (1998); os que pensam que na realidade são o mesmo (CAPLAN, 1995); e aqueles que pensam que são complementares (XU, 1998).

Ao abordar de forma mais detalhada, a bibliografia mencionada, em relação às características de ambos esquemas encontramos as semelhanças e diferenças que seguidamente desenvolvemos.

Tendo em conta a definição clássica de metadados, «dados sobre dados», os registos ISBD integram-se neste conceito. Além disso, os dois modelos partilham as mesmas funções: seleccionar, descrever, analisar o conteúdo e facilitar o acesso aos documentos.

Comparando os metadados com o registo bibliográfico tradicional encontramos as seguintes diferenças:

1. Informação inteligível por computador que se aplica a recursos Web.
2. O criador do registo de metadados é o próprio autor.
3. Acesso directo ao documento.
4. Concebidos sobre a óptica do utilizador final.

No entanto, muitas das diferenças, foram superadas com o passar do tempo. Em primeiro lugar, a ISBD Consolidada inclui o tratamento de recursos Web.

Por outra parte, os registos tendo em conta o utilizador final são objecto de estudo por parte dos FRBR, FRAD e as novas regras de catalogação anglo-americanas – RDA – incluem especificações que permitem a captura de dados por máquina com a finalidade de reutilizar os metadados de outras fontes (TILLET, 2009). Em 2008 no Congresso Internacional de Bibliotecas e Informação em Quebec foi criado o Grupo de estudo ISBD/XML, que teria como objectivo codificar cada elemento descritivo numa linguagem legível por computador. Existem outros estudo no âmbito de adaptação digital, que tratam integrar a ISBD, o modelo conceptual FRBR e os metadados ao RDF/XML.

Por outro lado, e como veremos no seguinte ponto, o registo ISBD deveria incluir o url do documento descrito que permita ao utilizador final aceder directamente ao mesmo, assim resolvendo a terceira diferença entre os modelos. Apesar da ISBD não proporcionar informação sobre a localização dos recursos, esta expressa nos seus princípios que «se deben especificar los elementos descriptivos necesarios para identificar y seleccionar un recurso» (*ISBD consolidada*, 2007: 7). Assim, o URL de um recurso electrónico não somente ajuda a identificar de forma exclusiva além de também permitir a sua posterior recuperação, com as vantagens que isto tem para o utilizador final.

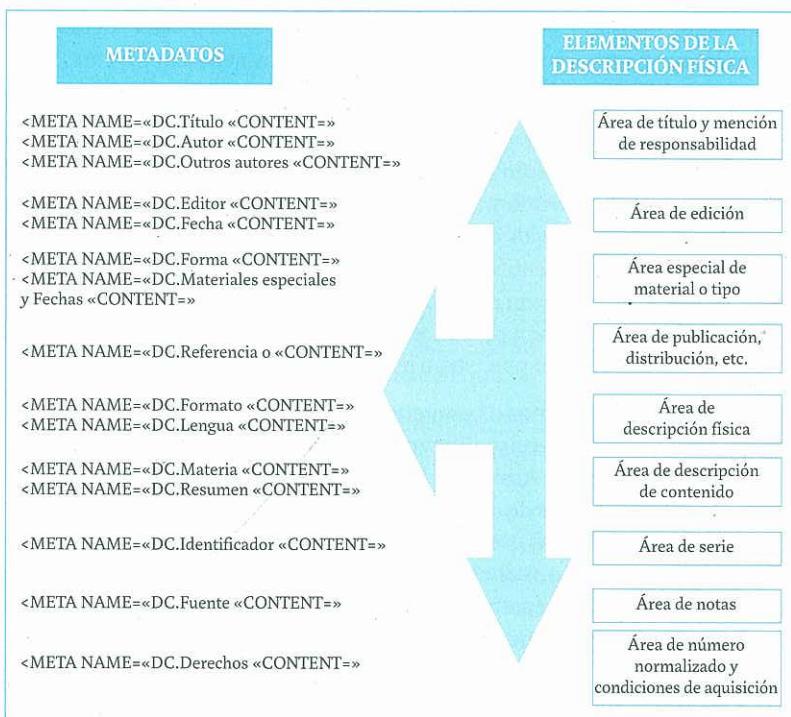
Seguidamente comparámos os esquemas a nível dos elementos que os constituem. Desta forma é preciso diferenciar o modelo de descrição de formato de codificação de dados. Assim, no âmbito deste trabalho, só compararemos o que se refere a modelos de descrição. Deixando de parte o relativo a formatos de codificação de dados como XML, SGML ou MARC. O termo «modelo de descrição» denomina um conjunto de pautas que indicam que elementos compõem a descrição e como se aplicam. O Dublin Core possui um modelo simples e outro com qualificadores, no âmbito deste trabalho apenas analisamos o primeiro dos modelos. Este é composto por 15 elementos básicos agrupados em três grandes grupos:

- Conteúdo.
- Propriedade intelectual.
- Instalação/manipulação.

Apesar de ser um modelo de descrição bastante mais simples que o proposto pela ISBD é possível encontrar uma correlação a um nível básico entre ambos. Destacamos o diagrama comparativo de Perez Matos (2006) apresentado no artigo «De la descripción a la asignación de metadatos: un llamado al orden».

É importante referir que o esquema de metadados Dublin Core não diferencia a descrição bibliográfica do controlo de autoridades. Por esse motivo elementos que poderiam pertencer ao controlo de autoridades surgem na seguinte tabela relacionados com elementos da descrição bibliográfica.

Figura 1 – Correspondência dos elementos Dublin Core com as Zonas da ISBD



Fonte: Perez Matos, 2006.

Além de analisarmos os elementos do Dublin Core é necessário compreender que as normas ditam a utilização dos mesmos. A definição do Dublin Core, disponível no site oficial (*Using Dublin Core*, 2005) explicita as seguintes características dos elementos:

- Todos os elementos são opcionais.
- Todos os elementos podem repetir-se.

- Não possui subcampos, mas qualificadores.
- Os valores/atributos dos elementos não são controlados.

O Dublin Core básico é constituído por um conjunto de elementos que pela sua simplicidade são normalmente aplicáveis. O Dublin Core não tem em atenção um longo trabalho de normalização, que tem procurado definir os elementos obrigatórios num registo bibliográfico (FRBR). Em segundo lugar, a possibilidade de repetir os elementos encontra-se patente também na ISBD, na enunciada norma apenas não se repetem aqueles elementos, que pela sua natureza não são passíveis de repetição como é a menção principal de responsabilidade, que é um elemento único. Na ISBD houve o trabalho acrescido de identificar que elementos eram repetíveis.

O que pode parecer a primeira vista falta de coesão do esquema Dublin Core, ao permitir repetir o elemento «autor» existindo outro elemento denominado «outro_autor», é na realidade um avanço a nível de catalogação. Considerando que os elementos do Dublin Core são ao mesmo tempo descrição bibliográfica e pontos de acesso, pela primeira vez é possível criar duas entradas principais para um mesmo documento, resolvendo assim uma questão intensamente debatida no âmbito catalográfico.

Num último ponto e talvez o mais importante, cabe abordar o controlo ou normalização dos elementos. O Dublin Core não pressupõe qualquer normalização dos elementos. Estes seriam registados em linguagem natural sem qualquer controlo da informação. Este facto tem a sua origem no principal objectivo do Dublin Core, que é a descrição dos documentos por parte dos autores. O que poderia parecer num primeiro nível, uma opção rentável e simples para a catalogação de documentos, vem a colidir com o principal objectivo da «descrição» que é a futura recuperação da informação. Assim a utilização de diversos termos para identificar um mesmo objecto, provoca a dispersão da informação num catálogo, aumentando a probabilidades de ruído ou silêncio informacional. Apesar do anteriormente dito, actualmente pode-se encontrar uma nova linha de trabalho com metadados, que advoga criar regras de controlo para estes elementos. Assim, nos repositórios institucionais, criam-se normas internas que determinam como registar um autor, um título ou assunto, atribuindo-lhes também fontes de informação prescritas. Desta forma, encontra-se um equilíbrio entre as duas tradições vigentes no âmbito da catalogação, combinando as vantagens de cada modelo de descrição.

Pensamos que a «praxis» que compõe o mundo da descrição destes dois modelos deveria expressar-se no âmbito teórico e nas respectivas normas ou pautas. Assim o Dublin Core poderia seguir o modelo da ISBD enquanto ao estabelecimento de fontes prescritas de informação, com o intuito de uma maior normalização. E a ISBD compreender a importância de aceder directamente ao documento original, através do URL. De facto esta informação já consta no formato MACR codificada na etiqueta 856, mas ainda não tem lugar na própria norma. Deste modo seria importante registar o URL do documento descrito, como uma nota obrigatória. Estas são algumas das indicações que podem seguir as pautas descriptivas, dentro de uma visão integradora dos modelos.

4. Conclusão

Em primeiro lugar, queríamos destacar o esforço levado a cabo, tanto nos organismos internacionais como nos nacionais, para adequar as normativas às mudanças significativas do universo bibliográfico. Assim, o Grupo de Revisão afirma na introdução da ISBD Consolidada (2008: xvi) que não solucionará todos os problemas que estão actualmente presentes nos processos de catalogação e que é possível alcançar uma maior coerência e uniformidade. Tento em conta, estes propósitos e as propostas procedentes das Reuniões IFLA de Expertos sobre o Código Internacional de Catalogação, o grupo trabalha na nova revisão da ISBD.

Sobre a comparação entre metadados e a ISBD é importante continuar esta linha de investigação. Após a intensa pesquisa bibliográfica e relacionando teoricamente ambos os modelos, é necessário uma abordagem mais específica e prática dos mesmos. É necessário uma correlação mais detalhada dos elementos que compõem os modelos de descrição. Seria de interesse a comparação entre a ISBD Consolidada e os elementos do Dublin Core qualificado, de modo a compreender as semelhanças e diferenças entre os modelos. Seria, também, oportuno encontrar uma correlação entre o Dublin Core e os principais modelos e regras que conformam o âmbito biblioteconómico actual, como os FRBR, FRAD e FRSD, bem como os Princípios Internacionais de Catalogação. Compreendendo desta forma como estes modelos podem também cumprir as tarefas de utilizadores propostos nos anteriores documentos, é importante compreender como a simplicidade e a melhor adequação ao contexto digital do modelo Dublin Core pode influenciar positivamente.

mente os modelos tradicionais da catalogação. Além disso, é necessário conhecer que práticas se exercem nos centros catalogadores, de modo a conhecer a verdadeira aplicação dos modelos e poder antever a sua evolução e que pautas os devem reger.

Desta forma a análise de ambos os modelos, segundo autores como Xu que compreendem que os esquemas podem ser complementares, e podem abrir uma nova visão de estudos. Uma abordagem integradora que comprehende que os esquemas são diferentes, mas que, em todo o caso, podem receber influencia um do outro, de modo a atingirem com maior eficácia o seu objectivo comum: recuperar a informação.

Referências bibliográficas

ANGELOZZI, S. M.; MARTÍN, S. G.

2009 «Análisis y comparación de metadatos para la descripción de recursos electrónicos en línea». In ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 3, 2009, Buenos Aires. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/ponencia_angelozzi.pdf>. Acesso em: 14 set. 2011. Acesso em: 20 jun. 2012.

BERNERS-LEE, T.

1997 *Metadata architecture*. [S. l.]: PICs, 1997. Disponível em: <<http://www.w3.org/DesignIssues/Metadata.html>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

BRITISH LIBRARY

2007 «Bibliographic Standards». In *Data Model Meeting*. Londres, 2007. Disponível em: <<http://www.bl.uk/bibliographic/meeting.html>>. Acesso em: 16 de dez. 2011.

CAPLAN, P.

1995 «You call it corn, we call it syntax-independent metadata for documents-like objects». *The Public-Access Computer Systems Review*, 6:4 (1995). Disponível em: <<http://info.lib.uh.edu/pr/v6/n4/cap16n4.html>>. Acesso em: 21 maio 2012.

1995-2000 *Dublin Core Metadata Initiative: making it easier to find information*. [S. l.]: Dublin Core, 1995-2000. Disponível em: <<http://dublincore.org/>>. Acesso em: 21 de maio 2012.

ESTIVILL RIUS, A.

2009 «Estado actual de la normativa de catalogación. 1.^a parte: el escenario internacional». *Bid: textos universitatis de biblioteconomía i documentació*, 22 (jun. 2009). Disponível em: <<http://deposito.ub.edu/dspace/bitstream/2445/16821/1/571855esp.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

ESCOLANO RODRÍGUEZ, E.; MCGARRY, D.

2007 *ISBD consolidada: um passo em frente*. [Lisboa]: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkien, 2007. Disponível em: <<http://imeicc5.com/download/portuguese/ISBD%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

GRADMANN, S.

1998 «Cataloguing vs. Metadata. Old wine in new bottles?». In *IFLA GENERAL CONFERENCE*, Amsterdam (Netherlands), 64, August 16 – August 21, 1998 – *Proceedings*. [S. l.]: IFLA, 1998. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/IV/ifla64/007-126e.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

GUERREIRO, J.

2010 *De la ISBD (ER) a la ISBD (Consolidada): análisis de la normativa para la descripción de los documentos digitales*. Salamanca: Facultad de Traducción y Documentación de la Universidad de Salamanca, 2010. Dissertação (Master en Sistemas de la Información Digital) Disponível em: <<http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/83113>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

INTERNACIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2004 *ISBD (ER): International Standard Bibliographic Description for Electronic Resources. Draft for World Wide Revision*. Washington, D. C.: IFLA, 2004. Disponível em: <http://www.ifla.org/VII/s13/guide/ISBDER_ww2-1-04.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

2008 (*ISBD*): *Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada*. Ed. Preliminar consolidado. Washington, D. C.: IFLA; [Madrid]: Biblioteca Nacional de España, 2008. Disponível em: <<http://www.bne.es/es/Servicios/NormasEstandares/ISBDconsolidada/Docs/ISBDconsolidada.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

2004 *Requisitos funcionales de los registros bibliográficos: informe final*. Washington, D. C.: IFLA; [Madrid]: Ministerio de la Cultura, Secretaría general técnica, 2004. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Servicios/NormasEstandares/Docs/FRAD_espaxol.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

ORTIZ-REPISO JIMÉNEZ, V.

1999 *Nuevas perspectivas para la catalogación: metadatos versus MARC*. Madrid: [s. n.], 1999. Disponível em: <<http://212.128.129.100/validate?url=http%3A%2F%2Fredc.revistas.csic.es%2Findex.php%2Fredc%2Farticle%2Fdownload%2F338%2F546>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

PERÉZ MATOS, N.

2006 «De la descripción bibliográfica a la asignación de metadatos: un llamado al orden». *Acimed*, 6:14 (2006). Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol14_6_06/aci12606.htm>. Acesso em: 21 maio 2011.

Ríos HILARIO, A. B.; GUERREIRO, J.

2011 «La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER)». *SCIRE*, 17:1 (2011).

TILLET, BARBARA B.

2009 *RDA: antecedentes y aspectos de su implementación. Manual para instructor*. Washington, d. c.: Library of Congress, 2009. Disponível em: <http://www.loc.gov/catdir/cpso/RDAantecedentes_instructor.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012.
Using Dublin Core. [S. l.]: DCMI, 2005. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/usageguide/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

Xu, A.

1998 «Metadata Conversion and the Library OPAC». *The Serials Librarian*, 33, (1998). Disponível em: <<http://web.mit.edu/waynej/www/xu.htm>>. Acesso em: 17 oct. 2011.

ANA BELEN RIOS HILARIO | <anarihi@usal.es>

Departamento de Documentación. Facultad de Traducción y Documentación.
Universidad de Salamanca

JOÃO GUERREIRO | <joaoguerreiro@usal.es>

Departamento de Documentación. Facultad de Traducción y Documentación.
Universidad de Salamanca